

Moçambique-Portugal

Aprofundar a cooperação

O influente semanário português «Expresso» publicou na sua edição de 16 de Julho passado um editorial em que define a posição de Portugal no que respeita à cooperação com Moçambique, que a seguir transcrevemos na íntegra, com a devida vénia:

O problema do relacionamento com as ex-colónias em geral e Moçambique em particular voltou agora a pôr-se. A propósito das negociações que esta semana decorreram em Lisboa com uma delegação vinda de Maputo e chefiada, ao mais alto nível, pelo governador do Banco Central, Prakash Ratilal. A posição do EXPRESSO foi sempre clara e sempre se bateu pela construção de um diálogo fecundo que soubesse distinguir entre o fundamental e os acidentes de percurso. Sempre advogámos que era vital para o nosso interesse, na linha da História Pátria, e para os interesses da paz no mundo, um relacionamento amigável e construtivo com Moçambique. Advogamo-lo contra tudo e contra todos, desde os tempos em que era quase criminoso fazê-lo.

Que estávamos no caminho correcto demonstra-o o evoluir da situação. De um lado e do outro pode falar-se, agora, à vontade, sem ressentimentos, de igual para igual. Dois países soberanos que se respeitam e sabem que a História os compele a caminhar de mãos dadas e que têm de lhe obedecer.

Nesta linha de considerações sempre o EXPRESSO se bateu para que Portugal e o Ocidente compreendessem o verdadeiro problema cuja solução, difícil e custosa, está a impedir o desenvolvimento dos povos daquela zona da África Austral. E aqui coincidimos com a posição moçambicana, que

nos parece a mais realista: o nó da questão, que é preciso desatar, chama-se «apartheid». Escusado será falar em direita ou esquerda, em socialismo ou capitalismo. O conflito que a África do Sul tem consigo mesma e a empurra até à desestabilização dos países vizinhos chama-se racismo institucionalizado.

Mas não são os povos exteriores quem desencadeia a luta a partir de fora. É o Povo da África do Sul, branco e preto (não racista), que recorre a todos os meios para fazer compreender às autoridades do seu país que não pode marginalizar e oprimir uma grande parte dos cidadãos. Meios esses muitas vezes violentos que semeiam a dor e o luto entre pessoas que não têm culpa. É necessário, no entanto, que os países ocidentais compreendam onde está a fonte das tensões que levam à guerra, ali chamada terrorismo. Fonte que o regime da África do Sul tenta camuflar, esforçando-se por inculcar nos menos atentos que o conflito naquela área se resume ao antagonismo entre a União Soviética e o Ocidente, quando o que é certo, o verdadeiro conflito reside no antagonismo perene entre racismo e convivência racial no aprofundamento pela igualdade de direitos. Não adianta, por conseguinte, lançar poeiras nos olhos do vizinho.

Isto mesmo já compreenderam, embora tardiamente, os Estados Unidos. Compreenderam, com efei-

to, segundo declarações do próprio Departamento do Estado, que os seus interesses estratégicos não estão a ser ameaçados na área. Compreenderam que os países limítrofes da África do Sul não pretendem que o regime daquele país passe de capitalista a socialista. Apenas pretendem, por uma questão de direitos humanos, e pela salvaguarda das suas próprias soberanias, que todos os homens sejam iguais, sem distinção de cor. E querem ter relações de boa vizinhança fora de circuitos hegemónicos. Os Estados Unidos compreenderam, finalmente, que Moçambique tem direito a manter relações com todos os países e que também a ele se aplica o princípio que os outros reivindicam: a independência de um país mais não é que a resultante de um jogo complexo de dependências comandadas a partir do seu interior e não impostas por outros. Um complexo jogo de dependências negociadas, com todos os negociadores em pé de igualdade.

Chegados a este ponto, devemos dizer que Portugal algo representou na compreensão destas posições pelo Ocidente. Poderíamos mencionar aqui, para só nos referirmos aos poderes públicos, o papel desempenhado pelo Presidente da República e pelo ex-primeiro-ministro, Francisco Balsemão. A história há-de registar as conversações havidas entre Balsemão e Shultz (dizem-nos que Shultz é um homem que sabe ouvir, qualidade preciosa nos políticos) sobre a problemática naquela zona, e agora a atitude de abertura do actual Governo, que mais não faz que dar seguimento aos alicerces anteriormente lançados. E é justo mencionar Sá Carneiro com a sua visão clarividente dos interesses nacionais, o qual conseguia ver para além do circunstancialismo, por vezes, mesquinho.

Lugar de relevo ocupam, neste contexto, os empresários portugueses. Têm sido os nossos melhores embaixadores e os melhores defensores dos interesses nacionais. Pode mesmo dizer-se que perceberam o problema mais cedo que os políticos. Não se trata, com efeito, de polarizar a questão em termos de esquerda ou de direita. Ela não é dicotómica. É nacional.

Não é do presente, é do futuro, mas aquele traça este. Como diz o povo: vais deitar-te na cama que fizeres. É preciso, por isso, muita atenção à cama que estamos a construir. O Ocidente já o percebeu, nomeadamente os Estados Unidos, a França, a Alemanha Federal, a Suécia e a Holanda, etc.

Não caímos, porém, na incongruência ou ingenuidade de exigir de Moçambique que não tenha relações com a União Soviética. É uma psicose que tem de acabar, porque só conduz a mal-entendidos. Não têm os Estados Unidos relações com a União Soviética, não as tem a França e a Holanda? Porque então essa psicose da parte portuguesa? E não é verdade, para mais, que Moçambique, enquanto País independente, tem uma dívida de gratidão para com a União Soviética?

É por isso que achamos completamente fora de propósito o título, a revelar primarismo de raciocínio, que o nosso colega «O Jornal» publica na primeira página do semanário que ontem foi posto à venda: «Portugal ajuda Moçambique a fugir da URSS».

Não é este, nem pode ser, o sentido da nossa cooperação. A cooperação portuguesa, para ser eficaz e, por conseguinte, duradoira, só pode ter um sentido: ajudar Moçambique a ser cada vez mais independente, ou seja, a resolver os problemas que se põem ao seu próprio desenvolvimento. Essa ajuda, porém, inscreve-se no âmbito da cooperação, a qual em linguagem mais realista se chama negócio. Com utilidade para ambas as partes. Não equacionemos, porém, a nossa cooperação no quadro dos interesses estratégicos das duas grandes potências, quando é certo que uma delas, os Estados Unidos, já disse que não está ameaçada naquela área. E a outra também não.

Seria conveniente que a nossa diplomacia se certificasse bem do que pensam os americanos e actualizasse os seus «dossiers». Pode acontecer que se lhe reservem surpresas. Portugal, enquanto país sumamente dependente mas independente e colocado na órbita ocidental, parceiro da NATO, está em condições óptimas para entender Moçambique. □